

EDUCAÇÃO E MISSÃO EM ESPAÇOS DA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE MONTEILS

EDUCATION AND MISSIONS IN AMAZON SPACES: THE EXPERIENCE OF THE DOMINICAN SISTERS OF MONTEILS CONGREGATION

César Evangelista Fernandes Bressanin 1
Maria Zeneide Carneiro Magalhães Almeida 2

Resumo: A Amazônia tem se tornado um lugar comum. São distintos os modos de se olhar para esta região. Este artigo lança olhares sobre alguns fragmentos da História da Educação na Amazônia. De cunho bibliográfico e documental, o corpus deste trabalho é pautado nos fundamentos teórico-metodológicos da História Cultural. Objetiva-se apresentar a trajetória, a presença e a atuação da missão dominicana-anastasiana, a partir de suas instituições escolares, nos espaços da Amazônia, nos estados do Tocantins e do Pará, especificamente, nas cidades de Porto Nacional (TO), Conceição do Araguaia (PA), Marabá (PA) e Belém (PA). Nestas cidades, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils instituiu colégios no período de 1902 a 1952. A educação dominicana-anastasiana, nesta região da Amazônia, foi responsável por lançar luzes sobre as desafiadoras realidades em que se inseriu, inspirou a formação de inúmeras gerações e marcou época.

Palavras-chave: Amazônia. Educação dominicana-anastasiana. História da educação. Missão.

Abstract: The Amazon has become a common destination. There are several ways of looking at this region. This article shed light on some fragments of the History of Education in the Amazon. The corpus of this work is of bibliographic and documentary nature, based on the theoretical and methodological foundations of Cultural History. The objective is to expose the trajectory, presence and performance of the Dominican-Anastasian mission, in regards to its school institutions in the spaces of the Amazon, in the states of Tocantins and Pará, specifically in the cities of Porto Nacional (TO), Conceição do Araguaia (PA), Marabá (PA) and Belém (PA). In these cities, the Congregation of the Dominican Sisters of Nossa Senhora do Rosário de Monteils established schools in the period between 1902 and 1952. Dominican-Anastasian education in this region of the Amazon was responsible for shedding light on the challenging realities in which it was inserted, inspired the formation of countless generations and marked an important moment in time.

Keywords: Amazon. Dominican-Anastasian education. History of education. Mission.

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação pela PUC-GO. Mestre em História (PUC-GO). Técnico em Assuntos Educacionais da UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4737722834785056>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1221-2353>. E-mail: kaeserevangelista@gmail.com 1

Professora Adjunta/PUC-GOÍÁS-PPGE/EFPH. Doutora em História Cultural/UNB. Mestre em Educação/UNICAMP-FE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5736362178244406>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2220-9932>. E-mail: zeneide.cma@gmail.com 2

Primeiras notas

O propósito deste artigo é apresentar, historicamente, a trajetória, a presença e a atuação da missão dominicana-anastasiana, a partir de suas instituições escolares, em distintos espaços da Amazônia brasileira ao longo do século XX.

Sabe-se que a História da Educação brasileira confunde-se com a História da Educação católica no país (MOURA, 2000). Educação e missão são dois termos que sempre estiveram imbricados no decorrer da História do Brasil. Desde os primórdios da colonização portuguesa, os princípios de evangelização e de fortalecimento da cristandade católica nortearam a educação implementada aqui. Estado e Igreja, por longos anos, foram aliados no processo educacional colonial, arregimentado pelo Padroado¹.

Para cumprir sua missão, no entanto, a Igreja Católica na colônia portuguesa contou com o auxílio das ordens e congregações² religiosas, uma vez que o clero secular, sob a coordenação do bispado de Lisboa, era insuficiente para atender as necessidades da terra nascente. As ordens e congregações religiosas, imbuídas de um espírito missionário, contavam com um número maior de membros para atender, catequizar e educar.

Assim, o relevante desempenho da Igreja Católica na História da Educação brasileira só foi possível em virtude da ação dessas ordens e congregações (MOURA, 2000). Desta forma, primeiramente com franciscanos - os primeiros religiosos a chegarem no Brasil juntamente com as naus de Cabral -, depois com os jesuítas - especificamente entre 1549 e 1759, período em que oficializou-se a Educação Católica e a catequização no Brasil - e outras ordens religiosas como beneditinos, mercedários e carmelitas (HORNAERT *et all*, 2008). Todas elas, sob o signo da espada e da cruz, fizeram ecoar nas terras de Santa Cruz o “Ide e anunciai” do evangelho tanto aos povos autóctones como aos colonos e seus filhos, e lançar as bases de um processo educativo.

As ordens e congregações religiosas no Brasil, ao longo dos séculos, deixaram a impressão de seus carismas nos projetos educativos que alavancaram. A partir de 1759, com a política implementada pelo Marquês de Pombal, houve restrições para suas atuações no território brasileiro a partir de um conjunto de leis e decretos que reduziu as atividades dos religiosos. Conventos, colégios e províncias foram suprimidos e um ínfimo número de religiosos, insuficiente para o atendimento espiritual e educacional, permaneceu na colônia brasileira (HORNAERT *et all*, 2008). Ressalta-se que até o século XIX houve o predomínio no Brasil de ordens e congregações masculinas. A vida religiosa feminina no período colonial restringia-se à vida monástica de clausura destinada “às mulheres brancas e ricas” ou aos recolhimentos, “onde se seguia um tipo de vida menos formal destinado às mulheres pobres, negras e mulatas” (GARCIA, 2006, p. 21).

Entre o final do século XIX e até os idos 1950, um significativo número de congregações religiosas, especialmente femininas, estabeleceram-se no Brasil e fizeram do país um grande campo de missão católica, estrategicamente na área educacional. Para Águeda Bittencourt,

Compreender como foi possível a ocorrência de um tempo marcado pela forte presença de congregações católicas na sociedade brasileira, justamente quando da organização do Estado republicano e da expansão do pensamento liberal,

1 Forma típica de compromisso entre a Igreja de Toma e o governo de Portugal. Unindo os títulos de grão-mestre das ordens religiosas aos diretos políticos de realza, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal. De fato, por concessão da Santa Sé, o título de grão-mestre conferia aos reis de Portugal também o regime espiritual [...] Os negócios eclesiásticos da colônia estiveram inteiramente nas mãos do Rei, que deles se ocupava através do departamento de sua administração, a Mesa da Consciência e Ordens. Mas a Igreja de Roma exerceu sobre eles uma influência indireta e decisiva através da preponderância de que gozou por muito tempo na corte portuguesa [...] (HORNAERT *et all*, 2008, p. 163 e 168).

2 Ordens e congregações religiosas constituem, na História do catolicismo, grupos de homens ou mulheres que fazem votos solenes de pobreza, obediência e castidade. Buscam viver, em pequenas comunidades, o espírito cristão a partir de uma determinada regra, escolhida pelo fundador, de constituições próprias, pois apesar de submissas à liderança da Igreja Católica, são autônomas em sua administração e de um carisma específico que pode ter cunho unicamente religioso ou também social (LAGE, 2016).

implica em relacionar os três fatores que constituem o cenário nacional e internacional da época: a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de expertises no campo social e educacional (BITENCOURT, 2017, p. 37).

O processo de laicização do ensino, implementação das políticas liberais e os infundáveis questionamentos à tradição católica e à unidade entre Estado e Igreja provocaram perseguição e retaliação às congregações católicas em países extremamente católicos, como a França. Obrigadas a se reinventar, uma das soluções foi a migração de congregações para outras localidades. O continente americano foi o território favorito para a continuidade dos trabalhos destes institutos – e o Brasil, especialmente.

O orbe católico vivenciou durante o século XIX dois pontificados importantes: o de Gregório XVI (1831-1846) e o de Pio IX (1846-1878). Estes dois papas, a partir de suas encíclicas, condenaram veementemente a modernidade, o liberalismo, o progresso e o capitalismo, intensificados naquele século. Tiveram uma enérgica reação à laicização do ensino e assumiram a defesa das escolas, do pensamento e da doutrina católicas, tendo em vista o influxo da progressiva laicização da sociedade. As encíclicas publicadas por estes dois papas forneceram elementos para um projeto de reforma da Igreja Católica diante da perda de seus espaços e de seu reconhecimento junto à sociedade e ao poder público, principalmente nas nações europeias. Este projeto ficou conhecido como “projeto romanizador”³ que, atrelado ao pensamento ultramontano, ganhou forças com a chegada de Leão XIII (1878-1903) ao trono papal. O fio condutor deste projeto era o fortalecimento da unidade, da doutrina, dos dogmas, dos princípios e da educação católica, que passou a contar com ações mais incisivas propostas por Leão XIII e repercutiu na Igreja da América Latina e do Brasil.

Neste contexto, celebrou-se em Roma, em 1899, o Concílio Plenário Latino Americano convocado por Leão XIII. A reunião do episcopado latino-americano contou com a participação efetiva de 57 bispos dos diversos países latinos e resultou em diversas atas, 998 decretos e 961 notas explicativas, fundamentadas na doutrina e na tradição católica, representativos de toda a compreensão da ação da Igreja no continente no final do século XIX e primeiras décadas do século XX (KLAUCK, 2013).

O documento final do Concílio dedicou o Título IX à Educação, e nele apresentou três capítulos que tratam das escolas primárias, do decreto 673 ao 685, do ensino secundário, do decreto 686 a 691 e do ensino superior, do decreto 692 ao 697, totalizando 24 decretos. Um dos destaques encontrados nestes decretos do Concílio, como uma importante ação na visão dos bispos, trata-se do incentivo à vinda e instalação de “*diversas congregaciones de las que en tanta partes del mundo se dedican con tanto provecho a la enseñanza*” (IGREJA CATÓLICA, 2006) para promover a educação da juventude e a sua formação nos princípios do catolicismo.

Assim, a elite eclesial brasileira (MICELLI, 2009), alinhada ao Concílio Plenário Latino Americano, elaborou a Carta Pastoral de 1900. Nela, entre outras ações, favoreceu a expansão das congregações religiosas femininas e suas instituições escolares em todo o Brasil como meio

3 O projeto romanizador buscava inserir a estrutura hierárquica da Igreja Católica na estrutura burocrática da Santa Sé, principalmente nos países que viviam o Padroado régio ou buscavam a formação de uma Igreja Nacional. Surgiu como uma reação à modernidade do mundo e como um direcionamento político desenvolvido pela Igreja, caracterizada pela centralização romana, ou seja, um fechamento sobre si mesma, uma abdicação do contato com o mundo moderno. Repleto de ideias ultramontanas que defendiam o pleno poder papal, passou a ser referência para os católicos de vários países, mesmo que denotasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. No Brasil, resultou numa *clericalização* e *sacramentalização* das práticas religiosas católicas, substituindo a laicidade e o espírito festeiro, regalista e devocional que caracterizava o catolicismo brasileiro até a inserção deste movimento que iniciou-se no século XIX e que, no Brasil, se fortaleceu a partir de 1890 com o fim do padroado (cf. RIGOLO FILHO, 2006; MANOEL 2008; MICELLI, 2009; AQUINO, 2012).

para a disseminação do ideário de ressacralização e recatolização da sociedade por meio da educação. As congregações religiosas educadoras de origem europeia então passaram a assumir o campo educacional em muitas dioceses brasileiras. Assim, ocuparam espaços próprios de um Estado republicano incapaz de prover a demanda por escolas para todos, de maneira especial para o sexo feminino, como revelam as pesquisas e trabalhos de AZZI (1983), MOURA (2000), LEONARDI (2010), ROUX (2014), BITTENCOURT (2017) entre outros.

De tal modo,

[...] a Igreja injetou, no Brasil, um relevante volume de seus quadros, não apenas pela imigração de congregações novas, mas também pela chegada de religiosos ligados às ordens antigas, já estabelecidas no País desde os tempos da Colônia. E vindos não somente da França e da Itália, mas de distintos países europeus. Os interesses da Igreja, fragilizada na Europa e em processo de legitimação de uma política centralizada em Roma, fizeram-na considerar a América Latina como um espaço de forte investimento (BITTENCOURT, 2017, p. 37-38).

É nesse contexto que a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils se insere. Sua filosofia educacional é expressa na missionariedade das religiosas no Brasil desde 1885, especialmente no longínquo, esquecido e desassistido sertão do antigo norte de Goiás, sul e sudeste do Pará. A missão religiosa materializada nas instituições escolares dominicanas-anastasianas instaladas, especificamente, na região Amazônica ao longo do século XX constitui o objeto deste trabalho.

Este artigo configura-se como contribuição à produção historiográfica da Educação na região Amazônia, especificamente no sertão do antigo norte de Goiás, sul e sudeste do Pará, a partir de seu vínculo à pesquisa em desenvolvimento no doutorado em educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPGE PUC/GO). Mais particularmente, vincula-se ao diretório/grupo de pesquisa “Educação, história, memória e culturas em diferentes espaços sociais”, que propõe produzir e organizar estudos e pesquisas sobre a história social e cultural da educação em seus diferentes níveis, processos, modalidades e espaços.

Sabe-se que “refletir sobre a Amazônia implica reconhecer a complexidade que se expressa na sua vasta territorialidade” (COLARES, 2011, p. 189), e que seu espaço está em constante construção. Desta forma, o espaço amazônico do qual este artigo se ocupa limita-se aos estados do Tocantins e do Pará, especificamente às cidades de Porto Nacional (TO), Conceição do Araguaia (PA), Marabá (PA) e Belém (PA). Essas são localidades onde a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils estabeleceram instituições escolares numa temporalidade entre 1902 a 1952.

De cunho bibliográfico e documental, o *corpus* deste trabalho é pautado nos fundamentos teórico-metodológicos da História Cultural que descortina uma pluralidade de objetos, abordagens e métodos que vem sendo utilizada por muitos historiadores. Tais investigações têm possibilitado a desconstrução/ construção/ reconstrução da História nos mais diversos aspectos (PESAVENTO, 2008; CHARTIER, 2009). Sabe-se que “a partir dos anos 1990, a História Cultural é a abordagem historiográfica predominante nos estudos em História da Educação” (COSTA; MORAES, 2018, p. 226), e tem alavancado as pesquisas sobre a História das Instituições Escolares.

Educação e missão dominicana-anastasiana

A Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils é uma congregação religiosa feminina da Igreja Católica fundada por Alexandrina Conduché, a Madre Anastasie, em 1850 na cidade de Bor, no sul da França, com o intuito de educar as crianças daquela região assolada pelas altas taxas de analfabetismo. A congregação foi associada à Ordem dos Pregadores, conhecida como Ordem Dominicana, em virtude de seu fundador, o padre espanhol Domingos de Gusmão, no ano de 1875. Fundada em 1216 na região de Toulouse, sul da França, a Ordem Dominicana tinha o objetivo de pregar o Evangelho, principalmente entre os

considerados hereges pela Igreja naquele contexto. Com a associação a essa Ordem, a nascente congregação de Madre Anastasie adotou em suas constituições a tradição dominicana de viver, em que o estudo é essencial e a vida comunitária e de oração suas bases de sustentação (LAJEUNIE,1993).

Em pouco tempo, a Congregação de Madre Anastasie cresceu em número de jovens e senhoras que aderiram à mais nova proposta de vida religiosa francesa, assim como em quantidade de escolas. As religiosas passaram a atuar como professoras em escolas públicas e nas de propriedade do instituto. Expandiram as fronteiras de seu carisma educacional e saíram de Bor, instalando-se em Monteils - uma cidade maior, da região do Aveyron. Daí serem chamadas oficialmente como Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. As fundações multiplicaram-se, transpuseram os limites do Aveyron e chegaram a diversas regiões da França, Itália, Bélgica e Bulgária. Em 1878 a Congregação contava com 91 religiosas professoras, 14 jovens noviças e 12 postulantes (MOUNIER, 1992; LAJEUNIE,1993)

A proposta educativa da congregação tem suas finalidades e sua filosofia embasados no pensamento educacional da Ordem Dominicana e no espírito educativo de Madre Anastasie, originando o termo 'educação dominicana-anastasiana'. Esta proposta ancora-se nos objetivos de promover um ensino pautado na formação integral do ser, em valores humanos e cristãos que evidenciam a individualidade e potencialidade do sujeito na perspectiva de transformação das pessoas e das realidades (MOUNIER, 1992; SMITH, 2015).

Em 1885, a congregação chegou ao Brasil. O bispo de Goiás, Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, já havia convidado a Ordem Dominicana do Convento de Toulouse para se instalar em sua diocese. De fato, os Frades Dominicanos chegaram ao Brasil e abriram o primeiro convento em Uberaba, no ano de 1881. Em 1883, instalaram o segundo convento na cidade de Goiás, capital da província. Em 1886, em Porto Nacional, no portal da Amazônia, fundaram o convento Santa Rosa de Lima. O mesmo bispo, alinhado ao projeto romanizador e as ideias ultramontanas, estendeu o convite à superiora da Congregação de Madre Anastasie para a vinda das religiosas dominicanas-anastasianas educadoras para sua vasta prelazia, composta do então estado de Goiás e da região do triângulo mineiro. Temerosas mas confiantes no espírito missionário que impulsionou Madre Anastasie, assim como na missão educacional da congregação, na presença dos irmãos confrades de Toulouse em terras goianas e incentivadas pela Padre Cormier, superior dos frades dominicanos do sul da França à época, as religiosas dominicanas-anastasianas de Monteils atenderam ao pedido de Dom Claudio (LOPES, 1986; MOUNIER, 1992).

Em terras brasileiras, fundaram o colégio Nossa Senhora das Dores em Uberaba - MG e diversas instituições escolares em Goiás - GO, Conceição do Araguaia - PA, Porto Nacional - TO, Formosa - GO, Goiânia - GO, São Paulo - SP, Curitiba - PR, Araxá - MG, Rio de Janeiro - RJ, Marabá - PA, Arraias - TO, Belém - PA, Torres - RS, entre outras. A inserção da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils e suas instituições educacionais no Brasil, primeiramente no território da diocese de Goiás e, posteriormente em várias outras localidades, contribuíram, a partir do ano de 1900, para colocar em prática as prerrogativas do Concílio Plenário Latino Americano assumidas pelo episcopado brasileiro.

Representando um ato de missão, as religiosas dominicanas-anastasianas ensinavam o previsto no currículo conforme ordenava a legislação educacional brasileira. A partir dele, implementavam a filosofia educacional da Congregação de Anastasie pautada na educação integral e modificadora de realidades, buscando defender e disseminar a doutrina, a moral, os princípios e os dogmas católicos em seus colégios e nas instituições públicas onde atuavam como professoras, de maneira especial na Amazônia.

Percursos de uma missão: instituições escolares dominicanas-anastasianas na Amazônia

A Amazônia tem se tornado cada vez mais um lugar comum, conhecida e estudada em todos os cantos do mundo. A "questão" amazônica tem sido exposta em seus diversos aspectos, seus problemas têm sido discutidos por biólogos, ecologistas, economistas, intelectuais,

governantes e religiosos. São distintos os modos de se olhar para a região Amazônica: existem aqueles que a encaram como um território a ser explorado inescrupulosamente; os que visualizam a implantação do agronegócio como forma de enriquecer a região e o país; os que aprenderam na escola que ali está o pulmão do mundo. Há quem acredita na Amazônia

[...] como uma espécie de panaceia universal, pois a exuberância da terra com sua biodiversidade daria para curar todos os males do mundo. Há ainda outros que pregam a intocabilidade da terra, sem mexer em nada, preservando-a para o futuro... sobretudo por causa dos mananciais de água doce, da qual a Amazônia é um grande reservatório. Outros, com acentuado preconceito, que, aliás, é predominante desde os tempos coloniais, afirmam a necessidade de intervenções na região porque os povos que aqui vivem não sabem cuidar da terra, não sabem trabalhar... Então os que aqui chegam ou para cá são mandados, em geral, menosprezam os habitantes da terra, com adjetivos ou classificações pouco condizentes com a verdade e o modo de ser de quem há muito vive aqui (DA MATA, 2007, p. 20).

A chamada Pan-Amazônia constitui um vasto território: um bioma presente em nove países - Brasil, Bolívia, Equador, Guiana Inglesa, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. Com uma extensão de mais de sete milhões e meio de quilômetros quadrados onde vivem e convivem povos e culturas distintas com modos de vida diferentes, a identidade da região é marcada pelos três milhões de indígenas que constituem aproximadamente 390 povos diferentes, além dos mais de 100 povos indígenas em situação de isolamento voluntário. É um espaço marcado por amplas contradições: uma imensidão de florestas e terras de riqueza ímpar, mas multidões empobrecidas nas cidades e nos campos sofrendo com a falta de terra e de moradia, sem saúde, sem escola e sem acesso aos direitos básicos (REPAM BRASIL, 2018).

Diante de uma realidade tão complexa, a Igreja Católica realizou em 2019 o Sínodo da Amazônia. Preparado desde 2017 a partir de um pedido do Papa Francisco, o Sínodo foi um momento importante de reuniões e encontros do Bispo de Roma e demais líderes da Igreja com o episcopado da região, lideranças indígenas, leigos e leigas, sacerdotes, missionários, e também com estudiosos e ativistas que se preocupam, estudam e trabalham no Pan-Amazônia. Os objetivos foram de conhecer toda a riqueza e diversidade que a região possui, de reconhecer as lutas e resistências dos povos amazônicos, de conviver com o modo de ser da Amazônia, de refletir sobre os caminhos já percorridos da evangelização e missão católica e propor ações cuidadosas para com o bioma e novos caminhos para a presença da Igreja na perspectiva de uma ecologia integral (REPAM BRASIL, 2018).

A presença da Igreja Católica na Região Amazônia brasileira reporta-se ao período colonial. Naquele tempo, as perspectivas eclesiais em relação à Amazônia eram outras, diferentes das preocupações e ações que pautam as diretrizes da Igreja a partir da segunda metade do século XX, e mais intensamente nestas primeiras décadas do século XXI com os resultados do Sínodo da Amazônia.

O desejo de evangelizar e catequizar no século XVI e XVII, por parte da Igreja Católica, estava muito mais voltado a uma postura colonizadora e civilizadora. O processo de evangelização deste período produziu nos agentes missionários atitudes agressivas e de confronto com a população encontrada na região.

Desde o século XVI, ordens e congregações religiosas como Capuchinhos, Franciscanos de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários, Jesuítas, Franciscanos da Beira, Minho e da Conceição foram instaladas na região para o trabalho de evangelização. Este projeto missionário, atrelado ao projeto de “civilização”, objetivava “tornar o indígena um trabalhador a partir dos padrões europeus. É necessário destacar que a presença da Igreja estava sujeita ao Padroado, o que condicionou em parte sua missão” (DA MATA, 2007, p. 22).

De acordo com Oscar Beozzo (1989), os missionários que entraram na Amazônia até o

século XVIII tinham como objetivo principal catequizar, fazer a todos cristãos. Nesta primeira fase da evangelização na região, não se pensava em enculturação, em escutar a religião do outro ou respeitar a cultura dos povos encontrados.

Desta forma podemos sintetizar a missão católica na Amazônia no período colonial em três palavras que expressam muito bem o papel da Igreja na região: colonização – que, atrelada à Coroa Portuguesa, “deixou marcas profundas não só pela opressão e silenciamento, mas trouxe consigo toda uma ideologia na qual sujeito e objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do opressor” (BARBOSA, 2013, p, 19153); catequese - que “constituiu-se em um esforço racionalmente feito para a conquista de homens” (BAETA NEVES, 1978, p. 45) e a base de sustento da colonização e os primórdios da educação (COLARES, 2011); e educação.

As primeiras experiências pedagógicas nascem dos religiosos missionários numa atuação que foi mais instrumento de catequese do que propriamente ramo profissional de ensino (LEITE, 1943). O campo educacional católico foi consolidado no território amazônico com a fundação de seminários que lançaram os primórdios da institucionalização educacional escolar. Esta foi reforçada com a criação do Colégio Santo Alexandre em Belém, em 1720, e do Colégio Mãe de Deus na cidade de Vigia em 1732 (COLARES, 2011) entre outras instituições escolares em Manaus e no Maranhão.

Assim, a Amazônia foi o lugar do Brasil onde a Igreja Católica fez a maior experiência de evangelização no período colonial. O processo acontecia a partir de duas vertentes: a missionária, confiada a algumas ordens religiosas que contribuiu para a implementação da educação católica, e a vertente de implantação da Igreja, com o processo de criação dos bispados e paróquias (SÍNODO DA AMAZÔNIA, 2019). Esta presença teve um significado político e cultural repleto de intrigas, jogos de poder, de interesses e conflitos que não aprofundaremos aqui.

No entanto, foi com o projeto romanizador, a partir da segunda metade do século XIX, que um novo cenário de Igreja na Amazônia começa a ser esboçado.

[...] a criação da Diocese de Manaus em 1892, a elevação da Diocese de Belém a Arquidiocese (1906) e a criação das diversas Prelazias ou Prefeituras Apostólicas entregues ao cuidado dos religiosos que começaram, pouco a pouco, a chegar na região, para atuar, sobretudo, nas áreas de maior carência da presença da Igreja: inicialmente para as missões indígenas, para o seminário e para as antigas missões transformadas em Paróquias. Chegaram aqui os frades Capuchinhos (1843), os Franciscanos (1870), os Espiritanos (1885), Dominicanos (1897), Agostinianos Recoletos, Barnabitas, Maristas, Beneditinos, Salesianos, Jesuítas, Servitas, Preciosíssimo Sangue (DA MATTA, 2007, p. 24).

A partir de uma nova perspectiva, congregações religiosas femininas se estabeleceram na Amazônia, no espírito do ultramontanismo, para auxiliar o episcopado da região no projeto renovador da Igreja. Nos cuidados e atuação junto a hospitais, leprosários, orfanatos, missões indígenas, colégios e escolas, as Irmãs Dorotéias, Filhas de Sant’Ana, Capuchinhas, Irmãs de Santa Catarina, entre outras passaram a compor o “novo cenário eclesiológico na região pelo papel que desempenham: um papel determinante e ativo, no qual a mística do serviço, do abandono, levou muitos deles e delas a deixar o melhor de suas vidas aqui, ou até mesmo a própria vida” (DA MATTA, 2007, p. 24).

Nesse cenário, a Congregação de Madre Anastasie lançou as bases da educação dominicana-anastasiana na Amazônia. O intuito a partir daqui é historicizar a fundação e a instalação das instituições escolares das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils na Amazônia, principalmente nos estados do Pará e do Tocantins⁴.

4 A partir do ano de 1950 foi cunhado o termo Amazônia legal por razão de interesses e critérios políticos e econômicos, principalmente para que o poder público pudesse planejar e promover o desenvolvimento da região. Desde então, “a Amazônia Legal engloba todos os estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica

Partindo da perspectiva de Mialaret (2013, p. 83-84), ao tratar sobre as instituições escolares, é “[...] razoável pensar que, em cada etapa da história de uma sociedade, o estabelecimento de determinada instituição ou a modificação de instituições já existentes correspondem a uma necessidade social”. Logo, no território amazônico em evidência, cada uma das instituições dominicanas-anastasianas buscaram atender os anseios das localidades em que se inseriram.

Colégio Santa Rosa de Lima de Conceição do Araguaia

Conceição do Araguaia tem sua gênese como fruto da missão dominicana francesa da província de Toulouse que instalou-se no Brasil em 1881. Como já nos referimos aqui, de Uberaba-MG, a Ordem expandiu seus conventos por outras localidades.

A partir de 1891, do Convento de Porto Nacional, alguns frades dominicanos, especialmente Frei Gil Vilanova e Frei Domingos Carrerot, começaram um trabalho de contato com os povos indígenas que viviam na região do Rio Tocantins a fim de inaugurarem um processo de evangelização junto aos nativos. A missão não foi tão proveitosa, mas existia um ideal na missão dominicana em estabelecer uma obra que se dedicasse ao trabalho com os povos autóctones. Dessa forma, Frei Gil Vilanova e outros frades continuaram a realizar expedições, junto ao Rio Araguaia, na divisa de Goiás com o Pará, à época, mas retornaram à Porto Nacional sem sucesso, pois não encontraram nenhum índio (BRESSANIN, 2017).

Foi a partir de 1893, com o retorno das viagens junto ao Araguaia, que Frei Gil Vilanova deparou-se com os primeiros indígenas das etnias Carajá e Kaiapó e deu início a um centro de evangelização com a fundação de um povoado, na foz do Rio Naja no Rio Araguaia. Esta localidade foi batizada por Frei Gil como Santana da Barreira (GALLAIS, 1942).

No dia 25 de abril de 1896, a Congregação Intermediária da Província Dominicana de Toulouse aprovou o centro catequético indígena. Por questões geográficas, ele não permaneceu em Santana do Barreira, mas deslocou-se para a margem esquerda do Rio Araguaia, em solo paraense, em virtude dos perigos das inundações e por recomendação de um geógrafo francês que estava a serviço do estado do Pará, Henry Condreau, e que tornou-se amigo dos dominicanos. Em terras amazônicas do sul do Pará, no dia 14 de abril de 1897, frei Gil Vilanova fundou o novo centro de evangelização para os povos indígenas da Ordem dos Pregadores no Brasil e batizou a vila com o nome de Conceição do Araguaia (GALLAIS, 1942; BRESSANIN, 2017).

Um dos objetivos missionários da Ordem Dominicana e desejo de Frei Gil Vilanova era “fazer de Conceição do Araguaia um núcleo urbano estruturado, tendo os missionários em sua direção, tanto espiritual como material” (ROBERTO, 1983, p. 64-65). Foi desta forma que nasceu e permaneceu Conceição do Araguaia nos primeiros anos, mas a pequenina urbe desenvolveu-se rapidamente sob a influência da expansão e da exploração da borracha e “tornou-se um dos mais importantes centros caucheiros da região amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingu” (AUDRIN, 2007, p. 94).

Conceição do Araguaia era a cidade governada pelos padres. As dificuldades em manter o centro de evangelização para os indígenas e a pequena cidade eram enormes, mas Frei Gil Vilanova empenhou-se junto ao governo do Estado do Pará e ao bispo de Belém para conseguir recursos para sua pobre missão. Aos poucos, a ajuda chegava de todos os lados: do governo, do bispado, das outras casas de missão dominicana no Brasil e da França. Tanto indígenas como os sertanejos e caucheiros eram ajudados pela administração dos padres dominicanos que se organizaram e dividiram as atividades pastorais e administrativas entre si (BRESSANIN, 2017).

Frei Gil Vilanova foi uma significativa referência entre os indígenas e o povo que acorreu à nascente Conceição do Araguaia. Foi um missionário que “passou fazendo o bem. [...] A vivacidade do Apóstolo, a luminosidade do seu olhar, o calor de seus peditórios, o extraordinário de sua história, o tornam popular. Todo mundo lhe faz festa, as crianças na rua e os operários no porto” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, s/d, p. 9-10).

e abrange todos que possuem ou tangenciam trechos da Floresta Amazônica. Atualmente, abrange os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. A sua superfície é de aproximadamente 5.217.423 km² e corresponde a cerca de 61% do território brasileiro. Abriga uma população em torno de vinte milhões de habitantes, 60% deles vivendo em áreas urbana” (SOUZA, 2010, p. 200).

Em 1901, Conceição do Araguaia foi elevada à categoria de freguesia e o governo do Pará suspendeu a subvenção para o trabalho de catequese com os indígenas. Aos poucos, a cidade deixou de ser dirigida pelos missionários e ganhou autoridades civis e policiais. Houve uma significativa transformação na vida moral do lugar com a chegada de imigrantes, que trouxeram consigo elementos que não estavam no cotidiano do povoado: bebida, festas, tiroteios e artigos de luxo, conforme relata Audrin (2007). O sonho teocrático da missão dominicana pareceu desmoronar (ROBERTO, 1983), mas a província de Toulouse trabalhou acentuadamente para garantir o território eclesiástico sob o comando da Ordem dos Pregadores. Cresceu o número de missionários, e as Irmãs Dominicanas de Monteils juntaram-se a eles para fundar em Conceição o Colégio Santa Rosa de Lima. Buscaram também intensificar o número de doações para a missão, tanto por parte do Estado como da população de outros centros onde a Ordem já havia se consolidado (GALLAIS, 1942).

Em 1902, Frei Gil Vilanova participou do capítulo provincial da Ordem na França, como delegado da Missão Brasileira. Após o capítulo, fez uma visita a Monteils e, junto à Madre Geral da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, conseguiu quatro religiosas para Conceição do Araguaia no intuito de abrirem um centro educacional para educar e catequizar as crianças das etnias Carajá e Kaiapó, e as do restante da população (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008). Na visão de Frei Gil Vilanova, a presença das Irmãs Dominicanas era essencial para a “formação moral e a instrução das famílias indígenas” (LOPES, 1986, p. 82).

Das quatro religiosas assinadas para a nova fundação das Dominicanas de Monteils, duas já residiam no Brasil: as irmãs Maria Otávia e Luisa Maria. As outras duas vieram da França exclusivamente para este novo centro educacional: irmãs Maria Maximin e Maria Denise. Assim, no dia 30 de dezembro de 1902 as irmãs dominicanas-anastasianas chegaram à Conceição do Araguaia acompanhadas pelo Frei Gil Vilanova e instalaram-se numa improvisada casa organizada pelos frades dominicanos para acolher as educadoras religiosas. Ao som de louvores, orações e tiros de fuzil para o alto, os indígenas, a população da pequena Conceição do Araguaia e a comunidade dominicana “alegre e impaciente para rever seu bom Papai Gil e, sobretudo, curiosos para verem Irmãs, fato inteiramente inédito para eles, pois jamais conheceram uma” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 872-873), recepcionaram a comitiva das missionárias do ensino.

Com a chegada das religiosas, logo começou a funcionar o Colégio Santa Rosa de Lima que iniciou suas atividades em janeiro de 1903 com “internato para as índias Caiapó e externato para as alunas da localidade” (LOPES, 1986, p. 83).

Tudo começou com muito imprevisto. Só duas irmãs falavam bem o português. Crianças dos arredores acorriam ao Colégio Santa Rosa de Lima. As índias Caiapó tiveram dificuldades em se ajustar ao estilo e normas disciplinares de um colégio católico, o que já era de se esperar. As religiosas tinham consciência disso, tanto que afirmaram em uma das crônicas que tudo que as índias recebiam “nada comparava à liberdade que sempre tiveram. Nada as alegrava. Nasceu nelas a nostalgia da floresta [...] o trabalho com os índios era lento e exigia paciência” (MEMÓRIA DOMINICANA, 2008, p. 874).

A presença do Colégio Santa Rosa de Lima colaborou com o desenvolvimento da pequena Conceição do Araguaia e de toda a região amazônica do sul do Pará. A contribuição do colégio e das irmãs para com a obra de evangelização dos indígenas dirigida pelos frades dominicanos se intensificou. A presença das religiosas educadoras significou uma grande força para a manutenção do trabalho não só de catequização e educação, mas de contato, zelo e defesa dos povos indígenas da região do Araguaia. Além de se dedicarem à educação escolar e à evangelização católica, as Irmãs Dominicanas abriram o Ambulatório São Lucas, que transformou-se em Hospital e Pronto Socorro ao longo dos anos de 1910-1920 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS, 2016). Este hospital foi de grande valia por ocasião da gripe que atingiu a região e matou milhares de ribeirinhos e de Caiapós em 1923 (ROBERTO, 1983).

“A semente germinou. A árvore cresceu” (LOPES, 1986, p. 88). Outras religiosas chegaram da França e de outros colégios do Brasil. A partir de 1907 passaram a oferecer o externato para os meninos (LOPES, 1986). As irmãs do Colégio Santa Rosa de Lima assumiram também

a escola pública estadual e municipal de Conceição do Araguaia por não haver professores e pessoas preparadas para isso (AUDRIM, 2007). Ao longo de mais de sete décadas, a filosofia educacional dominicana-anastasiana do Colégio Santa Rosa de Lima espalhou-se por toda a Amazônia do sul paraense e teve repercussões na formação escolar e na irradiação cultural que o colégio proporcionou à população do Araguaia. Até que, no primeiro semestre de 1979 as dominicanas encerram suas atividades na cidade de Conceição do Araguaia (LOPES, 1986, p. 88).

Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional

A quinta fundação da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils foi o Colégio Sagrado Coração de Jesus no dia 15 de setembro de 1904, em Porto Nacional-TO, à época pertencente ao estado de Goiás (LOPES, 1986), localizado na região conhecida como antigo norte de Goiás.

O itinerário das Irmãs Dominicanas e as fundações de suas escolas acompanharam as fundações dos missionários Dominicanos de Toulouse e de seus conventos pelo Brasil. Em Porto Nacional, os frades dominicanos franceses chegaram em 1886 e as religiosas dominicanas-anastasianas no dia 30 de agosto de 1904 e, após quinze dias numa pequena casa doada pelo Coronel Frederico Lemos iniciaram as atividades de tão desejada instituição de ensino no sertão nortista, portal da Amazônia (DOURADO, 2010).

Quatro religiosas de origem francesa, Madre Maria Ignez, Irmã Maria Rafael, Irmã Maria André e a Irmã Maria Fernanda, fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus e deram este nome ao colégio em razão da devoção, tipicamente francesa, ao Coração de Jesus. De acordo com Lopes (1986), a Congregação das Dominicanas de Monteils mantinha essa devoção em suas práticas religiosas visto que a fundadora, Madre Anastasie, sempre consagrava suas seguidoras à este Coração e “com ele dialogava na intimidade. Nessa fonte hauria sua fortaleza. Ele é a sua confiança, sua misericórdia, sua redenção [...]” (LOPES, 1986, p. 19).

Pode-se afirmar que nomear uma instituição educacional confessional no início do século XX como Sagrado Coração de Jesus é corroborar com o projeto de reforma, difusão, fortalecimento e organização do catolicismo no Brasil e, particularmente, na diocese de Goiás, o que comprova a sintonia das religiosas francesas com os ideais reformistas do episcopado brasileiro e goiano (BRESSANIN, 2017).

Sem dúvida, a atuação das Irmãs Dominicanas em toda a extensão territorial da Diocese de Goiás, com a fundação de colégios e o trabalho com as crianças e jovens, de princípio do sexo feminino, “faz parte da estratégia de reforma da igreja católica no que tange à reforma moral e religiosa da sociedade goiana”. Por meio dessas instituições escolares, a mocidade, em especial as meninas, seria educada com objetivos de “regenerar a sociedade por meio da família cristã, pela educação da mulher” (DOURADO, 2010, p. 135).

Como já pontuado aqui e conforme a historiografia, a presença de diversas ordens e congregações religiosas no Brasil durante a primeira república, e a abertura e manutenção de colégios católicos dirigidos por elas significou a oferta de

[...] um ensino humanístico na melhor tradição europeia, atraindo as elites que, ao matricularem seus filhos e suas filhas nessas instituições, legitimaram seu caráter civilizador e contribuíram para a sua manutenção e reprodução. Por outro lado, urge apontar que essa rede escolar católica trazia compensações econômicas e viabilizava, como nenhuma outra estratégia, o projeto de recatolização da sociedade brasileira empreendido pela ICAR [Igreja Católica Apostólica Romana], e ainda era de fundamental importância para o financiamento das congregações religiosas (AQUINO, 2012, p. 12-13).

Igualmente, o Colégio Sagrado Coração de Jesus corroborou para o projeto de romanização⁵ dos bispos latino-americanos e brasileiros. Também estava em consonância com o grande projeto educativo, cultural, civilizatório e evangelizador da Ordem Dominicana, não só para Porto Nacional, mas para toda a região sertaneja do antigo norte de Goiás e sul do Pará.

Apesar de oferecer o externato para ambos os sexos alguns anos após a fundação do Colégio, o foco principal da Congregação de Monteils com o Sagrado Coração de Jesus era a educação de meninas e moças. Por isso,

Ao colocar as filhas no colégio de freiras, as famílias desejavam não apenas oferecer-lhes uma instrução adequada, mas sobretudo que recebessem uma educação dentro dos padrões culturais europeus [...] adotassem modos, expressões e formas de comportamento condizentes com o conceito de civilidade da sociedade urbana. Merecem destaque especial os trabalhos de agulha, de pintura, de arte declamatória, a música e o canto orfeônico. Os bordados, em suas múltiplas modalidades, o tricô, o crochê [...] ensinados com esmero (AZZI, 2008, p. 21).

Os estudos de Dourado (2010) assim comprovam quando afirmam que o currículo do Colégio Sagrado Coração em suas primeiras décadas de existência extrapolava o oficial. Além de oferecerem uma formação religiosa, social e moral, “um dos aspectos relevantes da pedagogia dominicana foi a ênfase na cultura, principalmente, nas artes manuais, no desenho, na culinária, na música, no estudo de línguas, em relevo o domínio do francês e no desenvolvimento da linguagem verbal” (DOURADO, 2010, p. 135).

Suas pesquisas apontam que no Colégio Sagrado Coração de Jesus, o sistema de ensino era pautado

[...] pelos princípios da disciplina, da obediência, do respeito e dos bons exemplos, tendo por base a inculcação moral e religiosa, visava a formação de alunos dóceis, obedientes, mas, ao mesmo tempo, preparados para ocuparem, futuramente, posições e responsabilidades de mando. As permanentes atividades propostas aos alunos, o controle do espaço e do tempo eram importantes dispositivos utilizados pelos freis e freiras para realizarem os seus objetivos educacionais (DOURADO, 2010, p. 135-136).

A influência do Colégio Sagrado Coração de Jesus na sociedade portuense foi incisiva, e originou na cidade um clima europeu de uma cultura diferente que agradou as famílias mais abastadas, e chamou a atenção das mais pobres que, sacrificavam-se para colocar os filhos no colégio dominicano. Muitas meninas, de origem mais humilde, puderam estudar no Colégio Sagrado Coração de Jesus em razão das bolsas e benefícios existentes em virtude de convênios firmados com o poder público, pois a legislação de Goiás facultou ao Estado

[...] subvencionar escolas primárias particulares. Sem dúvida, a maioria dessas escolas particulares estavam sob a direção da Igreja, proporcionando assim, espaço de fortalecimento desta

5 “Em meio a essas discussões, é possível inferir, mais uma vez, a eminente preocupação e interesse da Igreja pela vinda das Congregações religiosas europeias para o Brasil e a consequente incumbência de disseminar o catolicismo romanizado por meio de suas instituições. A educação seria o meio, a romanização a finalidade e os princípios seriam os conhecimentos de Deus Criador e Onipotente. Nessa mesma diacronia, o projeto que se instalava ao final do século XIX e que seria o sustentáculo da nova era, tinha seu ideário fundado na Igreja, objetivando formar o homem republicano e católico (MEDEIROS OLIVEIRA, 2010, p. 160).

instituição diante da precariedade do atendimento estatal, também, nesse nível de ensino. [...] Foi graças a essa lei que a Igreja passou a obter tais subsídios do Estado para o Seminário e para os estabelecimentos de ensino católicos. Então, os colégios dirigidos pelas dominicanas, como o Sant'Ana, na Cidade de Goiás e o Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, passaram a receber, cada um, um mil e trezentos réis (1.300\$000) anuais, naquele período (DOURADO, 2010, p. 136-137).

O Colégio Sagrado Coração de Jesus cresceu, expandiu-se e consolidou-se em Porto Nacional. A equiparação do Colégio à Escola Normal em 1920 contribuiu para que a instituição se fortalecesse ainda mais com a formação de professoras normalistas. O curso Normal em Porto Nacional oferecido por uma instituição escolar dominicana-anastasiana elevou consideravelmente a qualidade e o nível da educação da região sertaneja do Tocantins. Do Colégio Sagrado Coração de Jesus saíram formadas professoras que “[...] iam assumindo posições de liderança nas instituições públicas e privadas de educação, chegando, inclusive, a assumir papéis de destaque em outros setores de atividades em suas cidades de origem” (DOURADO, 2010, p. 185).

Houve um processo de irradiação da educação dominicana-anastasiana por todo a região do atual Tocantins. O Colégio Sagrado Coração de Jesus tornou-se um ícone de referência na formação das crianças, adolescentes e jovens ao longo de todo o século XX. A atuação das religiosas e a formação propiciada pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus fomentaram movimentos diversos, desde campanhas sociais, a participação no movimento de autonomia do Estado do Tocantins, bem como o engajamento político e social dos que eram por elas formados.

As finalidades educativas dominicanas-anastasianas, desde suas origens, defendem que a essência da educação precisa ser voltada para a formação do ser como um todo, estimando todas as suas faculdades, valorizando todos os ramos do conhecimento que enriquece o intelecto, consequentemente, a vida encarnada nas diferentes realidades sociais.

Colégio Santa Terezinha de Marabá

A presença da educação e da missão dominicana-anastasiana na região Amazônia expandiu-se próximo ao limiar da segunda metade do século XX. No ano de 1949 foi inaugurado o Colégio Santa Teresinha na cidade de Marabá, estado do Pará. Marabá pertencia a circunscrição eclesiástica de Conceição do Araguaia que esteve sob o governo episcopal de Dom Sebastião Thomas entre 1924 e 1945. Este prelado solicitou às religiosas dominicanas a abertura de uma instituição escolar na cidade que desabrochava no sudeste do Pará em virtude do desenvolvimento próspero do lugar ocasionado pelo auge da produção extrativista e da comercialização de castanhas

No dia 14 de fevereiro de 1949, as irmãs Maria Colomba Jacintho e Maria Dieudonné Curado fundaram o Colégio Santa Terezinha com 124 matrículas efetivadas. A partir de março de 1949, outras duas religiosas se juntam às fundadoras, as irmãs Celina Teresa Duarte e a Irmã Maria Domingas. Com a contribuição de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) do governo federal, a ajuda dos demais colégios existentes, a contribuição da população de Marabá e o pagamento das mensalidades, o Colégio Santa Terezinha iniciou suas atividades educacionais como uma escola mista oferecendo o ensino primário (LOPES, 1986; PROVINCIA NOSSA SENHORA DO GUADALUPE, 1995).

A trajetória desta instituição escolar dominicana-anastasiana foi fértil e, como outros colégios da Congregação, deixou marcas indelévels na sociedade de Marabá. A presença, a atuação e o envolvimento das dominicanas de Monteils na cidade e na região em outras áreas, além da educação, criou um grande entrosamento entre a missão das religiosas e o serviço à comunidade local. Visitas aos doentes e às famílias dos alunos, assistência às famílias carentes, o clube de mães, as atividades junto à paróquia nos cursos bíblicos e na pastoral, a Escola da Fé e o envolvimento com a formação política da comunidade foram serviços valiosos prestados

pelas educadoras à sociedade local (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, 1995).

Inspiradas nas novas propostas pastorais e de evangelização que a Igreja Católica assumiu a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e de suas repercussões na América Latina e no Brasil através dos documentos da Conferência Episcopal Latina Americana de Medellín (1968) e de Puebla (1979), a Congregação de Madre Anastasie assume a postura de uma missão voltada preferencialmente para os pobres da Amazônia e criam o projeto “Escola alternativa do Santa Terezinha”.

Em 1987, começa a ser estudado o projeto de iniciar, no Colégio, uma Escola Alternativa para crianças carentes. Seguindo o método de Paulo Freire, esta escola funcionará com a 1ª série no turno vespertino, deixando-se os outros dois turnos para a clientela já existente. Elaborado o projeto, diretora e equipe educativa iniciam o trabalho de pesquisa entre as famílias do Bairro Amapá, o mais pobre da cidade. Iniciadas as aulas, opção de pais e alunos, os livros adotados serão as cartilhas que sairão do universo dos alunos. Após um período de convênio parcial, o Colégio Santa Terezinha firma com o Governo Estadual um convênio total de maneira a que todo o alunado possa estudar gratuitamente. Foi um gesto arrojado, aplaudido pela Província, particularmente pelas irmãs das comunidades de inserção social. Em 1995, a escola alternativa conta com 1300 alunos e com as bênçãos de Deus (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, 1995, p. 221).

São poucos os documentos e as referências encontrados acerca do Colégio Santa Terezinha de Marabá. Sabe-se que ele não pertence mais a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, mas até o momento da pesquisa, alguns questionamentos acerca desta instituição escolar ainda não puderam ser respondidos.

Colégio Santa Maria de Belém

Após a aprovação da Madre Geral e do conselho da Congregação de Monteils, um grupo de religiosas dominicanas instalou-se na capital do estado do Pará. No dia 26 de janeiro de 1952, a Madre Colomba Maria Jacinto e as Irmãs Maria Norbertina Saddi, Maria Alfredo do Sagrado Coração e Irmã Maria Clotilde fundaram em Belém a comunidade dominicana-anastasiana Santa Maria. Incentivadas pelo arcebispo metropolitano Dom Mario Vilas Boas Miranda, inauguraram no dia 02 de março do mesmo ano, “às proximidades da Travessa Mundurucus, o Colégio Santa Maria de Belém” (BELTRÃO, 2016).

A instituição escolar iniciou suas atividades como um colégio para moças com 07 alunas matriculadas no curso primário, 30 meninas no curso de alfabetização e 15 outras no curso de Formação Familiar. Funcionou como internato e externato atendendo a juventude feminina de Belém e do interior do Pará. (PROVINCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, 1995).

A trajetória do Colégio Santa Maria de Belém como instituição escolar dominicana-anastasiana teve duração efêmera. Apesar de chegar a um número significativo de alunos em pouco tempo, em virtude do dinamismo das religiosas, registrou-se quase 400 matrículas em 1956. Por essa razão empreenderam a construção de um prédio próprio com dois blocos de três andares constituindo um espaço educativo de referência. Em 1977, as religiosas educadoras “venderam o Colégio Santa Maria de Belém a uma equipe de educadores leigos, passando as Irmãs a residirem ao lado do Colégio” (LOPES, 1986, p. 163). Permaneceram algum tempo em Belém afastadas das atividades educacionais e dedicando-se às questões pastorais do catolicismo de Belém.

Considerações

O artigo, aqui, proposto, resultado parcial de uma pesquisa em desenvolvimento, propõe ponderações históricas sobre algumas instituições educativas dirigidas por uma congregação religiosa feminina católica, de origem francesa, ao longo do século XX em território amazônico.

Sabe-se que “[...] as instituições educacionais foram e continuam sendo o centro da proposta educacional brasileira, em todos os níveis, daí a importância do seu estudo” (GONÇALVES NETO; MIGUEL; FERREIRA NETO, 2011, p. 14). As instituições escolares aqui historiadas, por sua vez, ofereceram contribuição ímpar para a História da Educação da Amazônia. Não podem cair no esquecimento, pois revelam traços significativos de um passado escolar a ser perscrutado.

Inseridas num grande projeto missionário da Igreja Católica, da Ordem Dominicana e da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, os colégios dominicanas-anastasianas presentes na Amazônia foram divisores de águas e constituíram-se modelos para a formação de outras instituições escolares, tanto públicas como privadas, e de políticas educacionais regionais e locais ao longo do século XX.

Por mais que expressassem a filosofia e as finalidades de um credo confessional e estivessem imbuídas em realizar um processo civilizador (ELIAS,) entre os povos do sertão da Amazônia, especialmente para com o sertanejo e o indígena, o pioneirismo educacional dominicano-anastasio, especialmente em Conceição do Araguaia, Porto Nacional e Marabá, extrapolou a tradicional função educadora institucional em seus colégios. A educação dominicano-anastasio na região foi responsável por lançar luzes sobre as realidades em que se inseria, inspirou a formação de inúmeras gerações e marcou época.

Este artigo possibilita novos percursos de investigação. São ínfimas as pesquisas sobre as instituições escolares e o trabalho educacional dominicano-anastasio na região da Amazônia. A cultura escolar, a prática pedagógica, o currículo, o trabalho com os povos indígenas, a catequese, a missão, o trabalho pastoral, a educação não-formal, os periódicos, os meios de comunicação, enfim, tantas abordagens que podem ser exploradas como produção do conhecimento em História da Educação na Amazônia

Referências

AQUINO, M. de. **A Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Tese (Doutorado em História). UNESP: Assis, 2012.

AUDRIN, J. M.. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

AZZI, R. **Vida religiosa feminina no Brasil Colonial** (enfoques históricos). São Paulo: Paulinas, 1983.

_____; BEOZZO, J. O. (Orgs.). **Os religiosos no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz; OTTO, Clarícia (Org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

BARBOSA, A.C., **Colonialismo e cosmovisão indígena: a desconstrução do outro antropológico na epistemologia docente**. Anais do XI Congresso Nacional de Educação, PUC do Paraná-Curitiba, setembro 2013, in: http://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7444_4921.pdf. Acesso em 1º de abril de 2020.

BELTRÃO, J. F. Da Batista Campos ao Guamá. Beira Rio. *Jornal da Universidade Federal do Pará*. Ano XXX, nº 130. Abril e Maio de 2016. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2012/135-edicao-103--abril/1323-da-batista-campos-ao-guama>. Acesso em 15 de março de 2020.

BEOZZO, O, **La Yglesia y los indios** – 500 anos de dialogo o de agresión? Quito: Ed Abya-Yala, 1989

BITTENCOURT, A. B. “A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo”. **Revista Pro-posições**, V. 28, N. 3 (84) | Set/Dez. 2017. p. 29-59.

BRESSANIN, C. E. F. **A Ordem Dominicana nos sertões do Norte: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional**. Palmas: Editora Nagô, 2016.

CHARTIER, R. **A História Cultural** entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

COLARES, A. A. História da educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, out 2011.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, nº 1, s/l, s/d.

_____, nº 125, Juiz de Fora-MG, 2008.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS. **Família Dominicana: 800 anos tecendo história**. São Paulo: Associação Educadora da Infância e Juventude, 2016.

COSTA, R. P.; MORAES, F. T. História da educação na Amazônia brasileira: um balanço historiográfico recente. **Revista de História e Historiografia da Educação**. Curitiba, Brasil, v. 2, n. 5, p. 211-233, maio/agosto de 2018.

DA MATTA, R. P. C. A Igreja e sua missão na Amazônia. **Encontros Teológicos**, nº 46, Ano 22, número 1, 2007.

DOURADO, B. B. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GALLAIS, E. **O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil missionário dominicano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

GARCIA, M. M. E. G. **Recomposição da vida religiosa: estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

GONÇALVES NETO, W.; MIGUEL, M. B.; FERREIRA NETO, A. (Orgs.). **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)**. Vitória: EDUFES, 2011.

HORNAERT, E.; AZZI, R.; GRIJP, K.; BROD, B.. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Primeira época: período colonial. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

IGREJA CATÓLICA. **Concílio Plenário Latino Americano**. 2006. Disponível em: <www.multimedios.org>. Acesso em: 15 de março de 2020.

KLAUCK, S. A Igreja e a Educação a Partir do Concílio Plenário Latino Americano de 1899. **UNO-**

PAR Cient., Ciênc. Human. Educ. Londrina, v. 14, n. 1, p. 15-21, Jan. 2013.

LAGE, A. C. P. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.32, n.03, p. 47-69, Julho-Setembro 2016.

LAJEUNIE, E. M. **A Priora de Bor**. São Paulo: Congregação das Dominicanas de Monteils, 1993.

LEITE, S. **História da companhia de Jesus no Brasil**. 1943. Lisboa: Portucália. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. [Tomo IV].

LEONARDI, P. **Além dos espelhos**: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2010.

LOPES, M. A. B. **Dominicanas**: Cem anos de missão no Brasil. Uberaba: Vitória, 1986.

MANOEL, I. A. **A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica**. In: SOUZA, R. L.; OTTO, C. (Orgs.). Faces do catolicismo. Florianópolis: Insular, 2008.

MEDEIROS DE OLIVEIRA, L. H. M. de M. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. Universidade do Estado de Goiás – UFG/JATAÍ. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 145-163, dez.2010.

MIALARET, G. **Ciências da educação**: aspectos históricos, problemas epistemológicos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MICELI, S. **A elite eclesíastica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOUNIER, C. **Volta as fontes**: estudo histórico sobre as origens da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils. Tradução Anísia de Souza. Goiânia: Congregação Dominicana, 1992.

MOURA, L. M. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. BH: Autêntica, 2008.

PROVINCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE. **Jubileu 1970-1995**. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 1995.

REPAM BRASIL. **Amazônia, novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral**. Documento Preparatório. Edições CNBB: Brasília, 2018.

RIGOLO FILHO, P. **A romanização como cultura religiosa**: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Correa Nery, Bispo de Campinas 1908-1920. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2006.

ROBERTO, M. F. **Salvemos nossos índios**: uma interpretação da atuação evangelizadora da Ordem Dominicana francesa entre índios do Brasil na passagem do século XIX para o século XX. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas, UNICAMP, 1983.

ROUX, R. "La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración". **Pro-Posições**, 25(1), 31-54. Jan/abr 2014.

SMITH, P. A filosofia dominicana da educação. In: KELLY, G.; SAUNDERS, K. **Valores da educação**

dominicana: para o uso inteligente da liberdade. Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Edições Loyola: Editora Unesp, 2015.

SOUZA, N. S. A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 199-235 – jan./dez. 2010.

Recebido em 08 de agosto de 2020.

Aceito em 15 de junho de 2020.